



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
1ª VARA DO TRABALHO DE DIVINÓPOLIS – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
MARINA CAIXETA BRAGA**



**Lei de Criação nº 6.563, de 19-9-1978
Data da instalação: 3-3-1979
Data de implantação do PJe: 14-5-2015**

Jurisdição: Divinópolis, Camacho, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Cláudio, Itapeçerica, Oliveira, Pedra do Indaiá, São Francisco de Paula, São Gonçalo do Pará e São Sebastião do Oeste.

Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 6-2-2016, p. 3.



ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h15min do dia quinze de março de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Dr. **César Pereira da Silva Machado Júnior**, deu início à Correição Ordinária na 1ª Vara do Trabalho de Divinópolis situada na Rua Pernambuco, nº 239, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Marina Caixeta Braga**; pela Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Maria das Dores Gomes de Moura; pelos servidores Adriana Azevedo Souza, Alexandre Chagas, Camila Fragoso Lopes, Carina Torres Coimbra de Moraes, Glinys Jucelo Gouveia, Leonardo José de Assis, Luciana Curi Paixão, Laís Faria de Oliveira, Magda Aparecida Chaves Resende, Maria Helena Pereira Quadros e Patrícia de Cássia Soares; pela estagiária Lídia Costa Santos. Ausentes os servidores Marco Antônio Neves e Maria de Fátima Ferreira Neves, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 506 processos distribuídos, neste ano, até o dia 14/03/2017, apurando-se a média de 14,8 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 65 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 16 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS – A Vara expediu 22 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 6 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 327 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 89 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 72 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

1.6. CARGA PARA ADVOGADOS – Existem 48 autos de processos físicos com carga, das quais 48 vencidas e cobradas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

1.7. CARGA PARA PERITOS – Constatam 28 autos de processos físicos com carga, das quais 18 vencidas e cobradas. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 421 processos pendentes para exame de peritos.

1.8. MANDADOS EXPEDIDOS – Constatam 75 mandados expedidos em processos físicos e 369 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 14 pendentes de cumprimento em processos físicos e 6 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS – Há 26 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE* – Em consulta ao sistema informatizado de processos físicos da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 22 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

1.11. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 14-3-2017, existem 181 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2017 até 14-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	469
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	79
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	731
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	7
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	175
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	129
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	431

1.12. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 918 processos em fase de execução, assim discriminados:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

- a) 735 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 176 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- c) 7 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 14-3-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de Divinópolis, no ano 2015, cuja média de processos em fase de execução foi de 909, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

1.13. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO: de acordo como sistema e-Gestão, dados de 14-3-2017, existem 30 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 15-3-2017 havia 49 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 32 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 9 processos;
- c) **instrução:** 6 processos;
- d) **tentativa de conciliação na fase de conhecimento:** 2 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010248/16, 0012275/16, 0012279/16, 0012503/16, 0010103/17, 0012161/16, 0012371/16, 0010986/16, 0011182/16 e 0010598/16.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0010103/17 e 0010986/16: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que não havia processo na fase de execução para tentativa de conciliação.

2.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS SINE DIE; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Exame dos autos dos processos do Pje 0010359/17, 0010349/17, 0010348/17, 0010307/17, 0010305/17, 0010302/17, 0010300/17, 0010295/17, 0010235/17, 0010193/17, 0010340/15, 0011069/15, 0010214/15, 0010153/17, 0010142/17, 0010327/15, 0012237/16, 0010129/17, 0010122/17, 0010121/17, 0010097/17, 0010098/17, 0012821/16, 0010870/15, 0010491/16, 0010586/16, 0010489/16, 0011154/16, 0010252/15, 0010617/16, 0012446/16, 0010242/17, 0012721/16, 0010286/17, 0011975/16, 0010133/17, 0012053/16, 0010124/17, 0010401/16, 0011599/16, 0010807/15, 0010814/15, 0011498/16, 0011463/16, 0011371/16, 0010348/15, 0010805/15, 0012205/16, 0010203/17, 0010125/17, 0010079/17, 0010080/17, 0010106/17, 0012686/16, 0010412/15, 0010020/17, 0010027/17.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

- 0012205/16, 0010125/17, 0010079/17, 0010080/17, 0010106/17, 0012686/16, 0010153/17, 0010142/17, 0012237/16, 0010129/17, 0010122/17, 0011154/16, 0012721/16, 0010286/17, 0011975/16, 0010133/17, 0012053/16, 0010124/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;

- 0010870/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 0ce3f7f (mais de 20 dias);

Foram examinados os autos dos processos físicos: 00080/15, 00362/15, 00405/14, 00761/14, 02189/14 e 01971/13.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

2.3. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 inquérito judicial em tramitação.

2.4. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 13 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

2.5. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 ação civil coletivas, até a presente data, em tramitação.

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta

	2015	2016	2017
Procedimento Sumariíssimo	44	16	30
Procedimento Ordinário	81	130	115
Instrução	204	155	112

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Disponibilidade de Pauta

	2015	2016	2017
Procedimento Sumaríssimo	34	14	15 dias 30-03-2017
Procedimento Ordinário	77	28	167 dias 29-08-2017
Instrução	394	204	468 dias 26-06-2018

Apuração conforme dados do sistema informatizado

PRAZOS MÉDIOS (de 1-1-2017 até 14-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumaríssimo (item 90263)	233	30,1
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumaríssimo (item 90264)	151	115,6
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 267)	0	0
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumaríssimo (item 90267)	269	44,8
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 268)	6	1.029,8
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumaríssimo (item 90268)	148	236,3
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 271)	0	0
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumaríssimo (item 90271)	249	45
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 272)	10	967
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumaríssimo (item 90272)	137	219,3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1-1-2017 até 14-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	4	565,2
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	26	31,5
Do início ao encerramento da liquidação – exceção procedimento sumariíssimo (item 371)	26	356,8
Do início ao encerramento da liquidação – exceção procedimento sumariíssimo (item 90371)	17	37,4

c) Fase de execução (de 1-1-2017 até 14-3-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	35	1.079,6
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	18	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	4	1.094
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	0	0

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
Sentenças de conhecimento	1.321	5,9
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	211	0,9
Decisões na fase de execução	99	0,4
Total	1.631	7,3

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – Em fevereiro de 2017, com 18 dias úteis, realizaram-se:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Procedimento sumariíssimo	136	7,5
Procedimento ordinário	103	5,7
Instrução	68	3,7
Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução	7	0,3
Total	314	17,4

No mês de fevereiro de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 47 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 19 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 123 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 8h30min e/ou 14h30min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declaram os magistrados que comparecem nesta unidade organizacional de de segunda-feira a quinta-feira .

Declaram os magistrados, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 900 despachos por semana.

AUXÍLIO FIXO: Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

5. PRODUÇÃO –



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Movimentação Anual de Processos		
	2015	2016
	2.297	2.796
Processos recebidos		
Média por dia útil	10,2	12,6
Processos remanescentes do ano anterior	962	1.059
	19	12
Sentenças anuladas		
Total de processos para solução	3.278	3.867
Processos solucionados	2.229	2.682
Processos conciliados	1.061	1.361
Produção	67,9%	69,3%

5.1. ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE – O Índice de Produtividade – IP, com base no sistema MGD - Mapeamento Global de Desempenho e dados extraídos do e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

PERÍODO	IP
Jan/15 a Dez/15	0,4518
Jan/16 a Dez/16	0,3937

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS –Jan/16 a Dez/16			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0,3801	0,2258	0,4792	0,4691

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Jan/15 a Dez/15	VALOR ORIGINAL Jan/16 a Dez/16	MÉDIA VARAS DO TRABALHO Jan/16 a Dez/16	MICRO REPARAMETRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	1.036 dias	1.031 dias	1.545 dias	0,2119
	PENDENTE	3.652	3.960	3.611	0,4521
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	588,93 dias	630,98 dias	776,32 dias	0,2258



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	47,60%	50,76%	37,65%	0,3204
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	97,04%	95,92%	97,34%	0,6871
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	47,22%	36,17%	38,22%	0,5257
	TC LIQUIDAÇÃO	57,78%	38,80%	40,65%	0,4924
	TC EXECUÇÃO	64,22%	68,78%	76,53%	0,5217
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	15,63%	20,97%	21,75%	0,2840

Fonte: e-Gestão em 26/01/2016

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$4.528.533,33	R\$955.772,46

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 3/2003, que determina a junta da cópia de contrato social pela reclamada; 4/2003, que dispõe sobre a publicação de editais; 1/2004, que trata da indicação de nomes de servidores por carimbo e assinatura; 1/2005, que regulamenta a expedição de ofício ao Detran; 1/2008, que trata de assinatura de guias de levantamento de depósitos judiciais, pelo Secretário e Assistentes; 1/2010, que trata de disponibilização de processos às partes e procuradores no balcão da Secretaria e 1/2012, que dispõe sobre pagamento de emolumentos ao Tabelionato de Protesto.

8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que não havia ordem de bloqueio do BACEN JUD pendente na Vara do Trabalho.

9. DA SECRETARIA – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor verificou, dentre outros aspectos, a excelente organização da Secretaria. Foram examinados 80 autos de processos, sendo que em 1 foi encontrado excesso de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação ao impulso oficial deverá ser observado.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais.

10. RECOMENDAÇÕES:



10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.

10.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjeit_1-12-0-3_1g.pdf

3) envidados esforços para aumentar a produção, inclusive no que concerne à Meta 1, tendo em vista os dados apurados nos itens 5 e 11 desta Ata.

4) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de rito ordinário e instrução, bem como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) envidados esforços para aumentar a produção, inclusive no que concerne à Meta 1, tendo em vista os dados apurados nos itens 5 e 11.1 desta Ata.

3) realizada redução do prazo de designação de audiências de instrução, bem como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

11. Gestão Estratégica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT / Indicador 6 TRT3: - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2016 esta unidade organizacional atingiu o percentual de 95,9%, tendo cumprido a Meta.

1ª Vara do Trabalho de Divinópolis - de 1º-1-2017 até 14-3-2017			
Mês	Recebidos	Solucionados	Percentual
Total	506	399	78,8%

Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT: - Julgar processos mais antigos Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015, no 1º grau.

Relativamente à Meta 2, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão de 1º-1-2017 até 14-3-2017, há 288 processos distribuídos até 31-12-2015 pendentes, não tendo sido atingida a Meta.

12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO
CORREGEDORIA

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A seguir, encerraram-se os trabalhos às 13h30min do dia quinze de março de 2017, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes e pela Assessora do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Mariana Cristina Araújo Campos *M. Campos*.

César Pereira da Silva Machado Júnior
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região

Marina Caixeta Braga
Juíza do Trabalho Titular

Maria das Dores Gomes de Moura
Secretária da Vara do Trabalho

